

**[Leis Municipais] - AC André: DISPONIBILIZAR ACERVO LEGISLATIVO**

"Geisiane Marcela" <geisi.marcela@leismunicipais.com.br>

5 de dezembro de 2024 às 08:00

Para: secretaria@jaguapita.pr.leg.br

**A Legislação Municipal atualizada ao seu alcance**

Bom dia prezado André, tudo bem?

Aqui é a Geisiane,

Conforme falamos ontem ao telefone, estou reiterando através deste a solicitação que venho encarecidamente fazer a prefeitura, do acervo legislativo do município para a disponibilização no Portal Leis Municipais, de forma gratuita, bem como, uma breve síntese para lhe expor melhor quem somos e o trabalho que desenvolvemos:

Sabemos que ainda hoje muitos gestores públicos assim como você, enfrentam desafios significativos ao lidar com a legislação municipal.

O Portal **LeisMunicipais.com.br** é referência no Brasil, principalmente no estado de São Paulo, com mais de duas décadas de experiência, atendendo **mais de 1800 municípios, órgãos Estaduais e Federais** em todo o território nacional, oferecendo aos gestores públicos uma solução completa para o gerenciamento, compilação e atualização da legislação.

Com a implementação do nosso trabalho no município, proporcionamos maior **segurança jurídica, eficiência operacional e agilidade na tomada de decisões** que necessitam da análise legislativa, beneficiando servidores, cidadãos e profissionais que precisam de informações claras e acessíveis.

Veja como podemos transformar o modo de consulta da legislação:

Câmara Municipal de Jaguapitã  
Rua Amazonas nº 60 - Jaguapitã-PR  
CNPJ: 01.724.513/0001-08

05/12/2024 09:46

Protocolo: 230/2024

André Luis de Mello  
Oficial Legislativo

Req: 044/2024

*Cliente em análise  
ao jurídico  
05/12/24*

**Art. 6º** As atribuições referentes ao cadastramento, lançamento, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de leis, multas e penalidades, são de competência dos órgãos e das unidades administrativas da Prefeitura Municipal.

**Art. 7º** Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Finanças disponibilizará e/ou distribuirá, quando necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes ou responsáveis por obrigação tributária, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança ou recolhimento de tributos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 520/2010)

**Art. 9º** São autoridades fiscais, para efeitos deste Código as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

**Art. 9º** A No caso de descato ou embaraço no exercício das funções fiscalizatórias, ou quando seja necessária a efetivação de medidas acatadoras no interesse da Fazenda Municipal, ainda que não se configure fato definido como crime ou contravenção, os Fiscais de Tributos municipais poderão, pessoalmente, ou por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, requisitar o auxílio de força policial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 520/2010)

**CAPÍTULO IV**  
**DO DOMÍLIO FISCAL**

**Art. 10º** Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside; e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

**Art. 10º** Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

**Art. 6º** As atribuições referentes ao cadastramento, lançamento, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de leis, multas e penalidades, são de competência dos órgãos e das unidades administrativas da Prefeitura Municipal.

**Art. 7º** Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Finanças disponibilizará e/ou distribuirá, quando necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes ou responsáveis por obrigação tributária, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança ou recolhimento de tributos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 520/2010)

**Art. 9º** São autoridades fiscais, para efeitos deste Código as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

**Art. 9º** A No caso de descato ou embaraço no exercício das funções fiscalizatórias, ou quando seja necessária a efetivação de medidas acatadoras no interesse da Fazenda Municipal, ainda que não se configure fato definido como crime ou contravenção, os Fiscais de Tributos municipais poderão, pessoalmente, ou por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, requisitar o auxílio de força policial. (Redação dada pela Lei Complementar nº 520/2010)

**CAPÍTULO IV**  
**DO DOMÍLIO FISCAL**

**Art. 10º** Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside; e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede principal de suas atividades ou negócios;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

**Art. 10º** Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

- Veja o exemplo de São Bernardo do Campo/SP, na prática, [clique aqui](#)

Em **São Paulo são mais de 220 municípios** que já se beneficiam desse serviço. Confira mais algumas entidades que ajudamos clicando nos links abaixo:

Esfera Municipal	
<u>Capitais</u>	<u>Municípios Paulistas</u>
<u>Curitiba</u>	<u>São</u>
<u>Porto Alegre</u>	<u>Bernardo</u>
<u>Florianópolis</u>	<u>do Campo</u>
<u>Rio de Janeiro</u>	<u>Ribeirão</u>
<u>Cuiabá</u>	<u>Preto</u>
<u>Salvador</u>	<u>Osasco</u>
<u>Recife</u>	<u>Sorocaba</u>
<u>Aracaju</u>	<u>São José</u>
<u>Maceió</u>	<u>do Rio</u>
<u>Manaus</u>	<u>Preto</u>
<u>Rio Branco</u>	<u>Mauá</u>
	<u>Mogi das</u>
	<u>Cruzes</u>
	<u>Santos</u>
	inserir
	outros
	clientes
	próximos



## Esfera Estadual e Federal

- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
- Agência Nacional do Petróleo (ANP)
- Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)
- Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO)
- Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS)
- Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA)
- Ministério Público da Paraíba (MP-PB)
- Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- Governo Estadual do Rio de Janeiro
- Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso
- Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Agora, pontuando melhor sobre o que venho encarecidamente solicitar:

### **- QUAL O NOSSO OBJETIVO COM ESTE CONTATO?**

Nosso intuito com este contato é **tão somente solicitar o acervo de leis** de Jaguapitã/PR.

Nosso objetivo é poder disponibilizar as leis do Município a fim de facilitar essa consulta aos cidadãos de modo geral.

### **- QUAL A RAZÃO DESTA SOLICITAÇÃO?**

Temos recebido diversos contatos de munícipes não só de Jaguapitã/PR, mas também de outras cidades do estado, bem como diversas empresas, até mesmo estatais, solicitando a disponibilização das leis do vosso município no portal LeisMunicipais.

Para atender a essa demanda crescente e facilitar o acesso à legislação local, gostaríamos de contar com a possibilidade de receber as leis municipais para disponibilizá-las em nossa plataforma.

### **- COMO SERÁ A EXECUÇÃO DESSE TRABALHO?**

Basta enviar o acervo de leis para nós e todo o resto é conosco, simples assim. Faremos a disponibilização do material no portal.

Para encaminhar todos os arquivos de uma só vez, faça o envio através deste endereço:

- <https://leismunicipais.wetransfer.com/>

### **- O MUNICÍPIO TERÁ ALGUMA DESPESA COM ISSO?**

Zero!

Não haverá quaisquer custos para o erário público. Nossa empresa não fará qualquer tipo de cobrança com relação a este procedimento.

Novamente: nosso intuito é tão somente poder auxiliar nessa demanda social de consulta pelas leis do Município.

Exposta a situação, **podemos contar com sua confirmação para prosseguir com a disponibilização das leis no portal Leis Municipais?**

Ficamos no aguardo de um retorno, e à disposição para quaisquer esclarecimentos.

*Atenciosamente,*

**Geisiane Marcela – Consultora Comercial**

Telefone (47) 3514-5600 (*ramal 1215*)

WhatsApp (47) 9.92543925

